

00045

Apoio às Comissões Mista
12 120 08 as 1):01

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 10.12.2008

Supressiva

proposição

Medida Provisória nº 449, de 2008

autor Deputado Arnaldo Jardim

nº do prontuário 339

2. 

substitutiva

3. modificativa

4. aditiva

5. Substitutivo global

Página

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

## **EMENDA ADITIVA**

Inclua-se o seguinte parágrafo no artigo 2º da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008:

Art. 20 (...)

§ º - Na hipótese de multa isolada aplicada em razão de compensações pela utilização do crédito de que trata o caput deste artigo, esta e seus acréscimos serão reduzidos em 100% de seu valor caso o tributo que ensejou sua aplicação seja liquidado nos termos dos incisos I a V do § 2º deste artigo.

## **JUSTIFICAÇÃO**

## **MULTA ISOLADA:**

As reduções e parcelamentos previstos pela Medida Provisória nº 449 de 03.12.2008 restringe-se a hipótese de aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI oriundos da aquisição de matérias primas, material de embalagem e produtos intermediários Não-Tributados (NT) ou tributados à aliquota 0%.

Não se trata, pois, de um benefício de cunho geral, aplicável a todo e qualquer

A razão dessa especificidade está no fato de que o aproveitamento desse crédito estava em consonância com a orientação jurisprudencial dos nossos tribunais e do próprio STF.

Ocorre que, por conta da utilização desses créditos, as empresas também passaram a sofrer a incidência de MULTA ISOLADA, correspondente a 75% do valor do débito compensado.

Tendo em vista que o parcelamento visa beneficiar empresas que, de boa-fé se pautaram pela segurança jurídica que emana dos nossos Tribunais e da Suprema Corte não faz sentido manter essa multa, aplicável justamente aos contribuintes de má-fé e devedores contumazes.

PARLAMENTAR

Deputado Arnaldo Jardim

O-100 6